



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL


**DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
**ATA DE JULGAMENTO DO RECURSO - FASE HABILITAÇÃO**


**REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022**

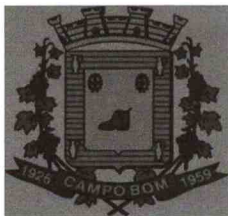
**OBJETO:** SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PARA A DOAÇÃO COM ENCARGOS DE 14 (QUATORZE) IMÓVEIS MUNICIPAIS

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às 12h30min, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, para deliberar sobre o julgamento do recurso da fase de Propostas Financeiras do certame em epígrafe. Recebemos protocolos tempestivos de recursos das empresas: INDUSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA, FACTORY CERVEJARIA LTDA, FERDINANDO ADILIO ASCOLI, R DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA, GOTA QUIMICA LTDA, SICLA COMÉRCIO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA, TFH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BASES, BAÚS E CABECEIRAS LTDA e TOP CUT INDUSTRIAL LTDA. Os documentos foram remetidos para análise e parecer da assessoria jurídica do município. Recebemos o parecer, em anexo, emitido pelo assessor jurídico, Sr. Guilherme S. Schmidt, acordado pela autoridade superior, Sr. Prefeito Municipal Luciano L. B. Orsi. A Comissão Permanente de Licitações define por acompanhar o parecer jurídico e declara o que segue: Mantém a decisão inicial o qual declarou INABILITADAS as licitantes INDUSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA, FACTORY CERVEJARIA LTDA, R DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA, TFH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BASES, BAÚS E CABECEIRAS LTDA e TOP CUT INDUSTRIAL LTDA, julgando improcedente os recursos apresentados pelas mesmas e altera a decisão proferida na Ata de Julgamento da Habilitação, declarando as licitantes FERDINANDO ADILIO ASCOLI, GOTA QUIMICA LTDA e SICLA COMÉRCIO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA HABILITADAS para a fase de propostas financeiras, julgando seus recursos como procedentes. A Comissão informa a data da sessão pública de abertura das propostas financeiras, dia 31 de agosto de 2022, às 13h30min., na Divisão de Licitações e Contratos. Nada mais havendo a decidir ou deliberar, a Comissão de Licitações a Comissão informa encerra-se a presente ata que, após lida e achada conforme, será firmada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

  
EVELINE S. HEPP  
Presidente

  
RAQUEL N. LEAL  
Membro

  
MICHELE T. BECKER  
Membro



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PARECER JURÍDICO**

**Concorrência Pública nº 004/2022**

**Interessado: Comissão Permanente de Licitações**

**1 – OBJETO**

Trata-se de parecer jurídico referente aos recursos apresentados após a fase de habilitação pelos participantes da concorrência pública nº 004/2022 do Município de Campo Bom/RS, cujo objeto é *“a seleção de pessoas jurídicas de direito privado para a doação com encargos, de 14 (quatorze) imóveis municipais, divididos em lotes na forma como segue...”*.

Neste sentido, a recorrente Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 93.905.537/0001-81, refere que teria sido declarada inabilitada na concorrência pública ora em apreço por não ter apresentado o documento requerido no item 4.3.1 do edital licitatório (certidão negativa de falência, ou concordata ou recuperação judicial). No ponto, refere que a mesma é empresa de pequeno porte, de maneira que lhe deveria ter sido concedido os benefícios da lei complementar nº 123/06, em especial o que possibilita a apresentação posterior dos documentos exigidos na fase de habilitação, sendo até mesmo possível a realização de diligência pela comissão licitante para sanar a deficiência apontada.

Além do mais, continua afirmando que a não apresentação da referida certidão constitui irregularidade formal, plenamente sanável através da apresentação da documentação faltante (que a mesma junta em anexo ao seu recurso), sendo que a decisão de inabilitá-la infringiu inúmeros princípios constitucionais e também impactou na busca oferta mais vantajosa à administração pública, conforme disposto no art. 3, caput, da lei nº 8.666/93. Por fim, a recorrente junta excertos jurisprudências para fundamentar suas alegações, e requer que o recurso seja provido para considera-la habilitada nos autos do certame acima referido.





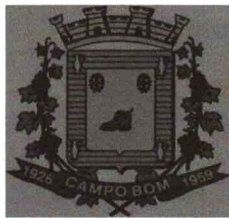
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Por sua vez, a recorrente Gota Química Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.139.318/0001-05, afirma em seu arrazoadado que teria sido inabilitada pela apresentação da certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vencida um dia antes da data limite para apresentação dos documentos de habilitação. Neste sentido, a mesma junta a referida certidão, aduzindo que tal seria possibilitado pelo art. 64, II, da lei nº 14.133/2021, e requer que o recurso seja provido para fins de considerar habilitada nos autos da concorrência pública nº 004/2022.

Ademais, a recorrente R Design Indústria e Comércio de Móveis sob Medida Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.916.097/0001-38, refere em seu recurso que a comissão licitante deveria ampliar os critérios de julgamento adotados, no que tange aos índices financeiros exigidos para fins de habilitação (qualificação econômico – financeira), mencionando que se trata de empresa em franca expansão, sediada no município de Campo Bom/RS a mais de vinte anos, e que conta com grandes clientes em nível nacional. Continua afirmando não ser razoável que administração pública preveja condições no edital licitatório que frustrem seu caráter competitivo, sendo que a análise das condições econômico-financeiras dos licitantes deveria se voltar a verificação de que os mesmos dispõem de capacidade para cumprir com as obrigações decorrentes da licitação.

Além disso, refere que a Instrução Normativa SLTI nº 02/2010 dispõe que o edital licitatório deveria prever instrumentos para que as empresas que não atingissem os índices contábeis exigidos pudessem permanecer na disputa, tal como a prestação de garantia de proposta ou a observância de capital social ou patrimônio líquido mínimo, bem como que a administração pública deveria pautar sua conduta pela razoabilidade. Por fim, a ora recorrente menciona que teria atendido aos índices referidos no item nº 4.3.2.1 do edital licitatório, requerendo que seu recurso seja provido, para fins de considerá-la habilitada para permanecer no processo licitatório.

Também, a recorrente Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.520.475/0001-77, afirma em seu arrazoadado que teria sido inabilitada nos autos da concorrência pública nº 004/2022 em vista de ter apresentado seu balanço patrimonial sem este estar devidamente registrado no órgão público competente



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

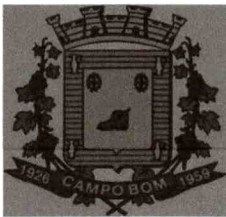
e também por não ter atingido o índice máximo no que tange ao endividamento total, conforme disposto no edital. Neste sentido, menciona que a não apresentação do balanço patrimonial registrado não é irregularidade passível de implicar na inabilitação da licitante quando, através de outros documentos, se puder atestar a veracidade do balanço contábil, sendo tal vício perfeitamente sanável através de diligência por parte da comissão licitante, como disposto no art. 43, §3, da lei nº 8.666/93

Outrossim, menciona que a lei de licitações dispõe que a documentação de qualificação econômico-financeira dos licitantes deveria ser apresentada na forma da lei, sendo que já existiriam decisões de tribunais de contas no sentido de que somente se exigiria a apresentação dos balanços contábeis registrados na junta comercial no caso de empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima. Já no que tange aos índices contábeis exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, aduz que esta exigência não constaria expressamente do edital licitatório, de modo que estes não poderiam servir como fundamento para inabilitação da ora recorrente.

Por fim, a recorrente Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo Ltda refere que o balanço contábil apresentado para fins de habilitação teria um lançamento que já não corresponderia a realidade financeira da empresa, assim apresentando novo balanço em que se demonstraria o atendimento aos índices máximos de endividamento exigidos. No ponto, a licitante requer que seu recurso seja provido para que a mesma seja considerada habilitada para continuar a participar da concorrência pública nº 004/2022.

Por sua vez, a recorrente Factory Cervejaria Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.917.943/0001-13, aduz em seu recurso que não teria apresentado a certidão de débitos federais, conforme exigido no edital licitatório, uma vez que estaria em processo de regularização de sua situação frente ao fisco federal, bem como que teria apresentado outra certidão que comprovaria esta situação, a qual, aliada ao fato da mesma ter direito aos benefícios da lei complementar 123/06, deveria ser suficiente para que a mesma fosse considerada habilitada nos autos do processo licitatório. Além do mais, aquela afirma que de fato não atende aos índices exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, situação de muitos dos demais participantes da concorrência pública nº 004/2022, de





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

maneira que tais exigências deveriam ser revistas em outra possível licitação, até mesmo considerando que a recorrente é micro empresa, e estas são responsáveis por grande parcela da geração de renda no Brasil. Por fim, também requer a comissão permanente de licitações se posicione sobre a aplicação da lei complementar nº 123/06 no presente certame.

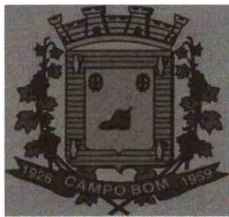
Por sua vez, a recorrente Fernando Adilio Ascoli ME, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.921.864/0001-23, apresenta recurso em que afirma que a documentação que não apresentada por esta para fins de habilitação poderiam terem sido solicitadas à mesma, anexando juntamente ao seu recurso (a) declaração de reconhecimento de área; (b) termo de credenciamento e (c) declaração de que possui plenas condições para licitar e que não possui em seu quadro pessoal menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou também menor de dezesseis anos exercendo qualquer função que não a de aprendiz.

Por fim, as licitantes TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda e Top Cut Industrial Ltda se limitam a juntar alguns documentos e certidões. Assim, feito este breve resumo dos recursos, passa-se a análise dos mesmos.

## **2 – DO MÉRITO**

**2.1 – Dos recursos apresentados pelas recorrentes Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 93.905.537/0001-81, Gota Química Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.139.318/0001-05, Ferdinando Adilio Ascoli ME, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.921.864/0001-23, TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.714.393/0001-78 e Top Cut Industrial Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.832.512/0001-78**

Conforme exposto anteriormente, a recorrente Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda apresenta recurso afirmando que sua inabilitação por não apresentar certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial seria indevida, tendo em vista se tratar de empresa de pequeno porte (assim fazendo jus aos benefícios da lei



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

nº 123/06) e também por se tratar de irregularidade meramente formal, perfeitamente sanável em vista do princípio do formalismo moderado.

Por sua vez, a recorrente Gota Química Ltda aduz em seu recurso que teria sido inabilitada por não apresentar o documento de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma vez que o documento apresentado por esta no envelope de habilitação estaria vencido. No ponto, a mesma junta ao seu recurso aquela certidão atualizada, e requer que seja considerada habilitada na concorrência pública nº 04/2022.

Ademais, a recorrente Fernando Adilio Ascoli ME apresenta recurso, apresentando algumas certidões que não teriam constado dos documentos juntados no envelope de habilitação, requerendo a revisão da decisão de inabilitação da mesma. Por fim, as recorrentes TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda e Top Cut Industrial Ltda se limitam a juntar alguns documentos e certidões.

Em relação ao recurso apresentado pela recorrente Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda, em primeiro, necessário destacar a decisão da comissão permanente de licitações, que assim refere na ata de julgamento da fase de habilitação da concorrência pública nº 004/2022 :

*Sobre a empresa SICLA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PARAFUSOS E FERRAMENTAS LTDA, verificou-se que a licitante não apresentou a certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, expedida pelo ofício judicial distribuidor, da comarca da sede da licitante, que solicita o item 4.3.1 do edital, no lugar, apresentou a Certidão Judicial Cível.*

Outrossim, dispunha o edita licitatório:

**4. DA HABILITAÇÃO**





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE N° 01, os seguintes documentos:*

*(...)*

*4.3.1 Certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.*

Portanto, conforme se depreende, era exigido dos participantes da concorrência pública nº 004/2022 que apresentassem, juntamente aos demais documentos exigidos para fins de habilitação, certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, com data de emissão não superior a noventa dias. Ademais, verifica-se que a ora recorrente deixou de apresentar a referida documentação, sendo por isso inabilitada no processo licitatório.

Neste sentido, não resta dúvida sobre a exigibilidade da certidão negativa de falência ou recuperação judicial, que inclusive encontra respaldo no Art. 31, II, da lei nº 8.666/93. Entretanto, como ressaltado pela recorrente, qualquer processo licitatório, como referido no Art. 3 da Lei nº 8.666/93, volta-se para a busca da melhor proposta para a administração pública no que tange, dentre outros, a compra de bens e serviços, que deve ser efetuada em um ambiente em que assegurada à igualdade entre os participantes, em homenagem aos princípios que regem a administração pública, em especial os insculpidos no Art. 37, Caput, da Constituição Federal.

Com base nisto, foi-se desenvolvendo, tanto na doutrina quanto na jurisprudência (administrativa e judicial), o princípio da mitigação do formalismo procedimental, que fundamenta o entendimento pelo qual meras irregularidades ocorridas em processos licitatórios, quando não tenham maculado a isonomia entre os concorrentes ou qualquer outro direito ou garantia assegurado pelo regime jurídico das licitações, não é causa apta, por si só, a causar sua nulidade, considerando que tal iria de encontro ao interesse público subjacente aos processos licitatórios (o uso eficaz dos recursos públicos e a busca pela melhor proposta ao ente licitante).



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Neste sentido, é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

*REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, RELACIONADAS À DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE LICITANTE COM PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. VÍCIO INSANÁVEL NO MOTIVO DETERMINANTE DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO. NULIDADE. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA. 1. O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU, Repr nº 03266820147, Relator Ministro Bruno Dantas, Tribunal Pleno, julgado em 04/03/2015).*

E também, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

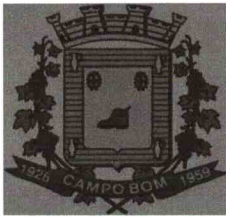
*APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018/SMCAS. MUNICÍPIO DE RIO GRANDE. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECEPCIONISTAS ATENDENTES CBO 4221-05, NA SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SMCAS). INABILITAÇÃO PARA O CERTAME. NÃO ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DISPOSTA NO ITEM 4.4.1 DO*





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DIANTE DA NÃO APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. EXCESSO DE FORMALISMO CONFIGURADO, EM RAZÃO DA CERTIDÃO SICAF APRESENTADA PELA PARTE. ORDEM CONCEDIDA.* 1. *Em que pese não se negue a rotineira aplicação do princípio da adstrição ao edital nos julgamentos relativos ao cumprimento das exigências formais dos certames públicos, não se pode olvidar que tal entendimento deve ser mitigado, quando evidenciado que o formalismo excessivo afronta diretamente outros princípios de maior relevância, como o interesse público diretamente relacionado à amplitude das propostas oferecidas à Administração Pública.* 2. *Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por prejudicar a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência. **O princípio da vinculação ao instrumento convocatório decorre dos princípios da isonomia e da impessoalidade, e deve ser conjugado com o propósito de garantia à obtenção da proposta mais vantajosa ao Poder Público, o que determina que sejam relevadas simples irregularidades, com a observância ao princípio do formalismo moderado.*** 3. *In casu, a inabilitação da recorrente se deu em razão da não apresentação da Certidão Negativa de Falência ou Concordata exigida no item 4.4.1 (Qualificação Econômico-Financeira). Todavia, restou juntado pela parte impetrante a Certidão SICAF, que determina a presunção da negativa de falência ou recuperação judicial. Aplicação da Lei nº 8.666/93, Decreto Federal nº 3.722/2001, Instrução Normativa nº 02/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Manual do SICAF. Assim, outra solução não pode ser dada senão a concessão da ordem. APELO PROVIDO, POR MAIORIA, NA FORMA DO ART. 942 DO CPC. (TJ/RS, AC nº 70083955484, relatora Desembargadora Lúcia de Fátima Cerveira, 2ª Câmara Cível, julgado em 27/07/2020, publicado em 04/09/2020).*



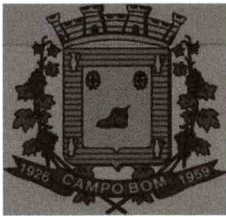
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Assim, esta mesma argumentação também pode ser migrada no que tange à análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelos licitantes. No ponto, a recorrente apresenta, juntamente ao seu recurso, certidão judicial negativa cível, que atesta que a mesma *não possui contra si qualquer ação falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial*, atendendo à exigência do item nº 4.3.1 do edital licitatório. Deste modo, inabilitar a licitante por não apresentar certidão que somente atesta uma condição de fato (não estar em estado falimentar ou de recuperação judicial) cujo atendimento restou comprovado pela documentação carreada junto ao recurso apresentado vai de encontro ao fim último de qualquer licitação, a busca da oferta mais vantajosa ao ente licitante, e também demonstra apreço excessivo ao formalismo procedimental em detrimento do fim a que se presta qualquer licitação.

Com o mesmo entendimento, recente julgamento promovido pelo TCU:

*REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação,*





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

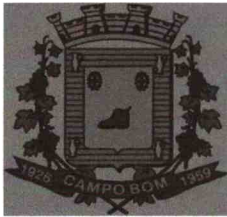
*deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprovatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (TCU, Acórdão 1211/2021, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, Tribunal pleno, julgado em 26/05/2021).*

Portanto, entendo que o recurso apresentado pela recorrente Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda deve ser provido, para fins de considerar a mesma habilitada nos autos da concorrência pública nº 004/2022, podendo prosseguir neste certame.

Por sua vez, a recorrente Gota Química Ltda aduz em seu recurso que teria sido inabilitada por não apresentar o documento de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma vez que o documento apresentado por esta no envelope de habilitação estaria vencido. No ponto, a mesma junta ao seu recurso aquela certidão atualizada, e requer que seja considerada habilitada na concorrência pública nº 004/2022.

Sobre a inabilitação da recorrente Gota Química, entendeu a comissão permanente de licitações:

*Com relação à empresa GOTA QUÍMICA LTDA apresentou o documento prova de regularidade junto ao fundo de garantia por tempo de serviços (FGTS) vencido, com data de validade 26/07/2022.*



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Sobre a exigência de comprovação de regularidade junto ao FGTS, dispunha o edital licitatório:

*4. DA HABILITAÇÃO*

*Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:*

*4.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:*

*4.2.5 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).*

Conforme se verifica, a situação ora em apreço é igual a situação do recurso anteriormente analisado (da licitante Sicla), uma vez que a ora recorrente deixou de apresentar documentação exigida para fins de habilitação, deste modo sendo considerada inabilitada pela comissão permanente de licitações desta municipalidade. Neste sentido, conforme referido, as licitações devem ser regidas pelo princípio do formalismo mitigado, impondo-se a prevalência da concretização das finalidades pretendidas pela lei nº 8.666/93 em face da observância rígida e irrazoável das formalidades inerentes a qualquer licitação.

Assim, conforme se verifica, a recorrente Gota Química juntou certidão que comprova que a mesma estava regular em face de suas obrigações relacionadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quando da data para apresentação da documentação de habilitação, em 27 de julho de 2022, assim cumprindo com as exigências constantes do edital licitatório. Portanto, entendo que o recurso apresentado pela licitante Gota Química Ltda deve ser provido, para fins de considerar a mesma habilitada nos autos da concorrência pública nº 004/2022, podendo prosseguir neste certame.

Ademais, em relação ao recurso apresentado pela recorrente Ferdinando Adilio Ascoli ME, esta aduz em seu arrazoado que teria sido inabilitada pela não apresentação de alguns documentos exigidos no edital licitatório, requerendo a revisão de sua



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

inabilitação. Neste sentido, a decisão da comissão permanente de licitações desta municipalidade:

*Sobre a licitante FERDINANDO ADILIO ASCOLI ME, verificou-se que a empresa não apresentou as declarações que solicita os itens 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3 do edital.*

Sobre as declarações, dispunha o edital licitatório:

**4. DA HABILITAÇÃO**

*Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:*

*(...)*

**4.4. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

*4.4.1 Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo V, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;*

*4.4.2 Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no Anexo V;*

*4.4.3 Declaração formal, conforme modelo Anexo III, de reconhecimento do local objeto da licitação, assinada pelo(s) representante(s) legal(is) ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.*

Conforme se verifica desta disposições, o edital era claro em referir que os licitantes deveriam apresentar uma série de declarações, cuja exigência encontra respaldo em leis esparsas e se volta para trazer maior segurança ao ente público sobre o cumprimento das obrigações do contrato administrativo que advirá do certame e do





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

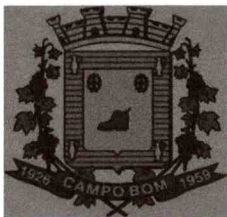
atendimento a algumas imposições legais, como não empregar menores em trabalhos insalubres ou perigosos. No ponto, a recorrente junta em anexo ao seu recurso as declarações anteriormente faltantes, requerendo a revisão da decisão que entendeu por sua inabilitação.

Assim, entendo que o caso ora em apreço também se adequa aos mesmos contornos fáticos dos recursos acima analisados, em que os licitantes haviam sido inabilitados por não apresentar alguma documentação exigida para fins de habilitação dos participantes do processo licitatório ora em apreço. Desta forma, conforme exposto anteriormente, em vista do princípio do formalismo mitigado e visando a busca da melhor oferta ao ente público licitante, opino pelo provimento do recurso apresentado, para que a recorrente Ferdinando Adilio Ascoli ME seja considerada habilitada nos autos da concorrência pública nº 004/2022.

Por fim, as empresas TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda e Top Cut Industrial Ltda não apresentaram razões escritas, se limitando a juntar alguns documentos que supostamente estariam ausentes em relação à documentação entregue para fins de habilitação. Neste sentido, sobre a habilitação daquelas empresas, entendeu a comissão permanente de licitações desta municipalidade:

*Sobre a empresa TFH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BASES, BAÚS E CABECEIRAS LTDA, verificou-se que a licitante não apresentou o documento de prova de regularidade estadual, que solicita o item 4.2.3 do edital, ainda não apresentou a certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, que solicita o item 4.3.1 do edital, no lugar, apresentou certidão de insolvência, também, não apresentou os termos de abertura e encerramento do balanço patrimonial, ainda, apresentou o cálculo dos índices, no entanto, não atendeu os valores mínimos exigidos no edital com relação ao ET (endividamento Total).*

(...)



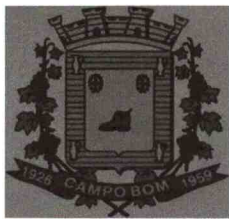
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*Com relação á empresa TOP CUT INDUSTRIAL LTDA verificou-se que a empresa não apresentou a certidão de Regularidade Unificada de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, como solicita o item nº 4.2.2 do edital, bem como não apresentou a prova de regularidade Municipal, do domicílio do licitante, que solicita o item nº 4.2.4, ainda não apresentou a certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, que solicita o item 4.3.1 do edital, também, a licitante apresentou balanço patrimonial 2021 sem estar registrado no órgão público competente, faltando termo de abertura e de encerramento.*

Assim, conforme se verifica, as empresas referidas acima foram inabilitadas nos autos da concorrência pública nº 004/2022 em vista de (a) não terem apresentado alguns dos documentos exigidos para fins de habilitação, como certidões de regularidade fiscal e de negativa de falência ou recuperação judicial; (b) não terem apresentado integralmente e devidamente registrado o balanço patrimonial referente ao exercício de 2021 e (c), em relação a empresa TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda, extrapolar o índice contábil máximo de endividamento total, conforme parâmetros definidos no edital em seu item nº 4.3.2.1.

Como ressaltado anteriormente, entende-se viável a apresentação, na fase recursal referente ao julgamento da habilitação dos licitantes, de eventuais documentos anteriormente faltantes que se voltam a comprovação de uma situação de fato, tal como não possuir débitos fiscais ou não estar em estado falimentar e de recuperação judicial. Tal qual já referido, este entendimento se justifica em vista do princípio do formalismo mitigado, bem como pelo princípio da oferta mais vantajosa ao ente licitante, e é albergado pela jurisprudência, como já demonstrado neste parecer.

Neste sentido, ambas as empresas TFH e Top Cut juntam algumas certidões anteriormente faltantes em seus documentos de habilitação, cuja aceitação entende-se possível. Entretanto, tais recorrentes não restaram inabilitados somente por não



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

atenderem aquelas exigências, de modo que deve se realizar uma análise individualizada da situação de ambos.

No ponto, em relação a licitante TFH, verifica-se da decisão da comissão permanente de licitações que a mesma também restou inabilitada por extrapolar o índice máximo de endividamento total (ET), conforme exigido no item nº 4.3.2.1 do edital que regula a concorrência pública nº 004/2022. O não cumprimento deste item já é causa suficiente e necessária para justificar a inabilitação da ora recorrente, ou seja, ainda que aquela tenha apresentado alguns documentos faltantes para fins de habilitação, a mesma ainda assim deixou de atender requisito de habilitação expressamente previsto no edital (e não impugnado), de modo que se impõe a manutenção da decisão de inabilitação proferida pela comissão permanente de licitações deste município.

Ademais, no que tange à licitante Top Cut (mas também se aplicando à licitante TFH), verifica-se que esta também restou inabilitada por, além de não apresentar alguns documentos de regularidade fiscal e econômica – financeira exigidos, também apresentou o balanço patrimonial referente ao exercício de 2021 de maneira incompleta, pois (a) ausentes os termos de encerramento e abertura deste e (b) sem o mesmo estar registrado junto ao órgão oficial competente, conforme expressa exigência do item nº 4.3.2 do edital, cujo excerto segue abaixo:

*4.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;*





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

No ponto, a recorrente Top Cut juntou em anexo ao seu recurso balanço patrimonial da mesma do exercício de 2021 escriturado através do Sistema Público de Escrituração Contábil (SPED), disponibilizado pela Receita Federal do Brasil. Entretanto, não consta da documentação apresentada nenhum comprovante de envio e registro do mesmo, de maneira que tal balanço não atende à exigência constante do edital.

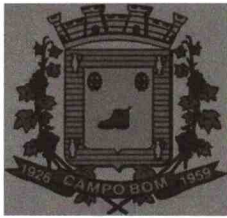
Portanto, em vista do exposto, opina-se pelo indeferimento dos recursos apresentados pelas empresas TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda e Top Cut Industrial Ltda, mantendo-se a decisão da comissão permanente de licitações em relação a estes.

**2.2 – Do recurso apresentado pela recorrente R Design Indústria e Comércio de Móveis sob Medida Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.916.097/0001-38**

A recorrente R Design refere em seu recurso que deveriam ser ampliados os critérios de julgamento utilizados para fins de qualificação econômico – financeira dos licitantes, conforme previstos nos itens nº 4.3.2 e 4.3.2.1 do edital licitatório, uma vez que sua situação financeira seria saudável e permitiria que esta cumprisse plenamente com as obrigações decorrentes do recebimento de um dos lotes em disputa. Ainda, menciona que deveriam ser previstos outros meios para aferição da capacidade econômico-financeira dos licitantes, e que sua inabilitação na concorrência pública nº 004/2022 constituiria excesso de formalismo, uma vez que toda documentação carreada junto ao seu recurso comprovaria sua capacidade de executar o objeto licitatório integralmente.

Em primeiro, importante trazer o referido pela comissão permanente de licitações em relação à inabilitação da recorrente R Design:

*Sobre a empresa R DESIGN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA ME a comissão verificou que a empresa apresentou o cálculo dos índices, no entanto, não atendeu aos valores mínimos exigidos no edital em relação à LG (Liquidez Geral).*



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Conforme se depreende da análise deste excerto, verifica-se que a recorrente restou inabilitada por não ter atendido ao índice mínimo de liquidez geral, na forma como exigido no edital licitatório. No ponto, este previa:

#### *4. DA HABILITAÇÃO*

*Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:*

*(...)*

#### *4.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:*

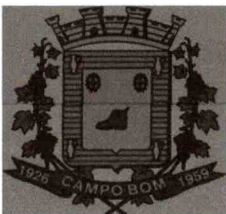
*4.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;*

*4.3.2.1 A verificação da situação financeira será avaliada da seguinte forma:*

*4.3.2.1.1 Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:*

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

*Sendo:*

*AC = Ativo Circulante*

*AT = Ativo Total*

*RLP = Realizável a Longo Prazo*

*PC = Passivo Circulante*

*ELP = Exigível a Longo Prazo*

*Os valores mínimos para tais indicadores são:*

*LG > ou = 1,00 (um inteiro)*

*LC > ou = 1,00 (um inteiro)*

*ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)*

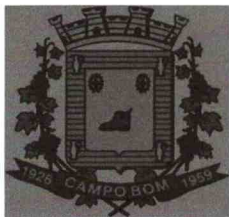
Da análise deste excerto, depreende-se que os participantes da concorrência pública deveriam comprovar sua situação financeira através do atendimento a alguns índices contábeis (liquidez geral, liquidez corrente e endividamento total), na forma como posta. A ora recorrente não atingiu o índice mínimo exigido em relação à liquidez geral, que era maior ou igual a um, sendo por isso inabilitada.

Sobre a exigência de índices contábeis para fins de qualificação econômico-financeira, dispõe a lei nº 8.666/93:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e*





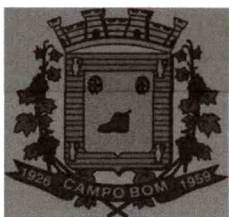
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*

Também, em relação a tais indicadores, entende a jurisprudência:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PORTARIA. LIMINAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. NO CASO, O ATO CONVOCATÓRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO PREVÊ A EXIBIÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, COM LIQUIDEZ CORRENTE, NUM ÍNDICE MÍNIMO DE 1,00, LIQUIDEZ GERAL, COM ÍNDICE DE 1,00 E GRAU DE ENDIVIDAMENTO COM ÍNDICE MÍNIMO DE 0,50, FIXAÇÃO DE ELEMENTOS QUE REVELEM A BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS PRETENDENTES EM EXECUTAR O SERVIÇO LICITADO, ATENDENDO AO DISPOSTO NO ART. 31, §º, DA LEI N. 8.666/93. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER NULIDADE NA EXIGÊNCIA, BEM COMO DE VEROSSIMILHANÇA NO DIREITO INVOCADO PELA RECORRENTE DE SUSPENDER O COMPETITÓRIO. AGRAVO DESPROVIDO. (TJ/RS, AI nº 50593967520218217000, relator Desembargador Marco Aurélio Heinz, 21ª Câmara Cível, julgado em 23/06/2021, publicado em 29/06/2021).*

Portanto, a exigência de que os licitantes demonstrem possuir boa condição financeira, através do método utilizado no edital que regula a concorrência pública nº 004/2022, encontra amparo tanto na lei geral de licitações quanto na jurisprudência, não havendo que se falar na ilegalidade ou irrazoabilidade destas exigências, sendo lícita a inabilitação de qualquer um dos licitantes que não atenderem a tais parâmetros. Ademais, ao contrário do que o referido pela recorrente, não se trata de formalismo excessivo, tendo em vista que tais comprovações se voltam a assegurar ao ente público licitante que o(s) eventual (is) vencedor (es) tenha de fato capacidade econômico-financeira para cumprir



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

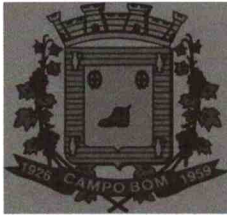
com as obrigações que decorrerão (no presente caso, os encargos decorrentes da doação dos lotes em disputa), se voltando ao atendimento do interesse público.

Ademais, a documentação trazida pela recorrente não é apta a infirmar a decisão da comissão licitante, uma vez que o edital é claro ao referir que a comprovação do atendimento dos índices contábeis exigidos se dará através da análise da documentação referente ao último exercício social exigível, no caso o de 2021. Também, os outros documentos juntados pela requerente, em que pese demonstrem que esta possui elevado faturamento, não são aptos a comprovar o atendimento dos índices contábeis exigidos e sua boa saúde financeira, não atendendo a finalidade das referidas exigências.

Outrossim, conforme se verifica do edital licitatório, este não previu outra maneira de que os licitantes pudessem comprovar sua boa situação econômico-financeira, de maneira que resta a estes atenderem aos índices contábeis na forma como prevista no edital. Neste sentido, importante esclarecer que o edital faz lei entre as partes, e constitui o conjunto de normas que devem nortear a realização do processo licitatório, buscando, dentre outros, garantir o tratamento isonômico dos licitantes e a busca da oferta mais vantajosa ao ente público. Com o mesmo entendimento, a jurisprudência:

*ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escorregia pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento*





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. 4. Recurso especial não provido. (STJ, Resp 1178657, relator Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, julgado em 21/09/2010, publicado em 08/10/2010).*

A habilitação de licitante que não atendeu aos requisitos mínimos em relação aos índices contábeis solicitados representaria quebra no tratamento isonômico destes, conforme disposto no Art. 3, caput, da lei nº 8.666/93, bem como implicaria em potencial risco à administração pública. Além do mais, a ora recorrente poderia ter impugnado os termos do presente edital quando o mesmo foi publicado, solicitando a inclusão de outros meios para que fosse possível a verificação da saúde financeira dos licitantes e sua capacidade econômica, conforme expressamente previa o item nº 8.1 do edital e o art. 41, §2, da lei nº 8.666/93. Em não o fazendo, a mesma tacitamente demonstra sua concordância com todas as disposições deste, devendo se submeter integralmente às mesmas. Neste sentido, também a jurisprudência:

*APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇA DE VALORES DE REAJUSTE. PREVISÃO NO EDITAL E NO CONTRATO DA APLICAÇÃO DO ÍNDICE CESO COM REDUTOR DE PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 3.876/74. Caso dos autos em que a parte autora, ao se habilitar para a licitação, já*





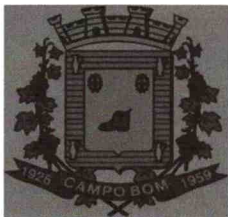
**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*tinha conhecimento prévio de que a Lei Municipal nº 3.876/1974 seria utilizada na contratação e não impugnou ao edital tempestivamente, ônus que lhe incumbia, conforme prevê o art. 41, § 2º, da Lei nº 8.666/93. Prova pericial que, diferentemente do alegado nas razões de apelo, identificou a previsão do redutor de 0,9 no Edital da licitação e no contrato entabulado pelas partes, pois estipulado para cálculo do reajustamento a utilização do índice CESO relativo a “construção de rede de água e esgoto com fornecimento de material”, nos termos do item 4.4.2.4 da Lei Municipal 3.876/74 (NGE/74). Ausência de conflito normativo com a Constituição Federal, pois a NGE/74 não dispõe acerca de “normas gerais de licitação e contratação”. Disposições contratuais que se mantiveram as mesmas desde o lançamento do edital. Ausência de quebra do equilíbrio econômico financeiro do contrato ou qualquer outra hipótese prevista no art. 65 da Lei nº 8.666/93. Em relação ao prequestionamento, não há necessidade de o julgador analisar todas as normas constitucionais e infraconstitucionais ventiladas pelas partes. Sentença de improcedência mantida. Honorários majorados na forma do § 11º do art. 85 do Código de Processo Civil. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ/RS, AC nº 70080506645, relatora Desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, 21ª Câmara Cível, julgado em 27/03/2019, publicado em 09/04/2019).*

Portanto, conforme exposto, entende-se pelo não provimento do recurso apresentado pela recorrente R Design Indústria e Comércio de Móveis sob Medida Ltda ME, mantendo-se no ponto a decisão da comissão permanente de licitações do Município de Campo Bom/RS.

**2.3 – Do recurso apresentado pela recorrente Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.520.475/0001-77**

A recorrente Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo se insurge em face de sua inabilitação nos autos do presente certame, referindo em síntese que a não apresentação do balanço patrimonial registrado no órgão competente é falha plenamente sanável, bem



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

como que tal exigência não encontraria respaldo legal. Ademais, refere também que em nenhum momento o edital que regula a concorrência pública trouxe a obrigação de apresentação de cálculo dos índices de liquidez geral, liquidez corrente e endividamento total, de maneira que esta não poderia ser inabilitada em vista do não atendimento destes, bem como que constava lançamento indevido em sua contabilidade, que resultou no não atendimento do índice de endividamento total exigido.

Neste sentido, a ora recorrente restou inabilitada nos autos do presente processo licitatório, conforme se verifica do exposto na ata de julgamento exarada pela comissão permanente de licitações desta municipalidade:

*Sobre a empresa INDÚSTRIA METALÚRGICA CROMO A VÁCUO LTDA, verificou-se que a licitante apresentou o balanço patrimonial 2021 sem estar registrado no órgão público competente, bem como a empresa apresentou o cálculo dos índices, no entanto, não atendeu os valores mínimo exigidos no edital em relação ao ET (Endividamento Total)*

Neste sentido, conforme exposto no ponto anterior deste parecer, os licitantes participantes da concorrência pública deveriam comprovar sua boa situação financeira através do atendimento a alguns índices contábeis previstos no edital (liquidez geral, liquidez corrente e endividamento total), que seriam calculados através dos dados contábeis do último exercício social. Como demonstrado, tal exigência encontra respaldo tanto na lei nº 8.666/93 quanto na jurisprudência, não havendo que se falar em sua ilegalidade.

Outrossim, tal exigência estava presente no edital, não havendo que se falar em qualquer omissão ou falha neste. A diligência realizada pela comissão permanente de licitações somente buscou possibilitar a determinação sobre o atendimento dos índices contábeis na forma como exigidos no edital, o que inclusive poderia ter sido efetuado pelo setor técnico desta municipalidade com base nas demais documentações exigidas. No ponto, conforme disposto no art. 43, §3, da lei nº 8.666/93, “é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta,” do que se verifica que a diligência realizada encontra pleno amparo na legislação de regência, uma vez que se voltou a esclarecer sobre o cumprimento dos índices contábeis estabelecidos no edital.*

Deste modo, a decisão de inabilitação de licitante que não tenha atendido qualquer um daqueles índices é plenamente legal, sendo respaldada pelas normas editalícias. Ademais, o edital que regula a concorrência pública nº 004/2022 era claro sobre qual seria a base para aferição dos índices exigidos (o último exercício financeiro disponível), de maneira que não é possível, neste momento do processo licitatório, a utilização de qualquer outros dados ou informações que não se refiram aquele período ou que não constem do balanço e demonstrações contábeis, como quer a ora recorrente.

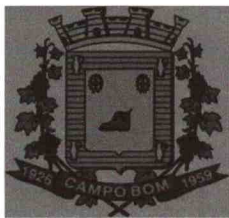
Além disso, também como esclarecido no ponto anterior deste arrazoadado, a ora recorrente poderia ter se insurgido em face do edital quando de sua publicação, buscando alterar as exigências de qualificação econômico-financeira ou a documentação utilizada para aferir o atendimento aos índices requeridos. Em assim não o fazendo, a recorrente voluntariamente se submeteu a todas as exigências constantes daquele, as quais a própria administração pública esta adstrita, de maneira que se calcular o índice de endividamento total na forma como requerida pela insurgente importaria em quebra da isonomia entre os participantes e também em afronta as disposições editalícias, que formam lei entre as partes.

Portanto, entende-se pelo indeferimento do recurso apresentado pela recorrente Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo Ltda, se mantendo integralmente a decisão da comissão permanente de licitações neste ponto.

**2.4 – Do recurso apresentado pela recorrente Factory Cervejaria Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.917.943/0001-13**

Por fim, a recorrente Factory Cervejaria Ltda se insurge em face da decisão de inabilita-la nos autos da concorrência pública nº 004/2022, alegando que a mesma se enquadraria como microempresa, assim tendo direito de se utilizar dos benefícios da lei





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

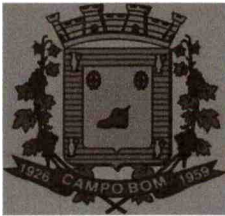
complementar nº 123/06, em especial em relação a comprovação da regularidade fiscal diferida (no momento de formalização do contrato administrativo). Ademais, refere que não atendeu aos índices mínimos contábeis solicitados no edital que regula o certame, tal qual a maioria dos demais participantes, requerendo que tais exigências fossem revistas ou que, em um próximo processo licitatório, seja disponibilizado outro método para aferição da capacidade econômico-financeira dos licitantes.

Em primeiro, em relação a inabilitação da ora recorrente, aduz a comissão permanente de licitações desta municipalidade:

*Com relação à licitante FACTORY CERVEJARIA LTDA, verificou-se que ela não apresentou Certidão de Regularidade Unificada de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, como solicita o item 4.2.2 do edital, ainda, a empresa apresentou o cálculo dos índices, no entanto, não atendeu os valores mínimos exigidos no edital em relação ao ET (Endividamento Total), LC (Liquidez Corrente) e LG (Liquidez Geral).*

Neste sentido, a própria recorrente admite não ter atingido aos índices mínimos contábeis exigidos para fins de qualificação econômico-financeira dos participantes da concorrência pública nº 04/2022. No ponto, como ressaltado anteriormente neste parecer, tal já configura motivo necessário e suficiente para inabilitação de participante do processo licitatório, sendo vedado a inobservância destas exigências no presente momento, uma vez que tal iria de encontro aos princípios de vinculação ao edital e do tratamento isonômico dos licitantes.

Ademais, a recorrente alega não ter sido oportunizada à mesma a utilização dos benefícios da lei complementar nº 123/06, em especial em relação a comprovação diferida da regularidade fiscal (no momento de assinatura do contrato). Em primeiro, importante esclarecer que, em que pese o edital que regula a concorrência pública nº 004/2022 não refira expressamente sobre a concessão dos benefícios às micro e pequenas empresas no que tange a fase de habilitação, tal ausência não constitui óbice para sua utilização, uma



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

vez que tais benefícios são previstos em lei federal de observância cogente, não dependendo de qualquer regulamentação para sua aplicação.

Neste sentido, sobre a apresentação diferida da documentação de regularidade fiscal, dispõe a referida normativa:

*Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.*

*Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.*

*§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.*

Conforme se verifica dos dispositivos trazidos acima, a comprovação de regularidade fiscal dos licitantes somente será exigida para fins de assinatura do contrato. Entretanto, o art. 43, caput, da lei complementar nº 123/06 é claro ao impor que a microempresa ou empresa de pequeno porte participante de processo licitatório apresente as certidões de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição, sendo conferido prazo para regularização da(s) pendência caso esta seja considerada vencedora do certame (ou seja, imediatamente anteriormente à assinatura do contrato administrativo).

Neste sentido, conforme se depreende da ata de julgamento da fase de habilitação e da análise do expediente administrativo referente à concorrência pública nº 004/2022, a

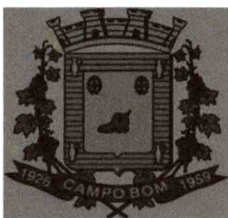


**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ora recorrente deixou de apresentar a certidão de regularidade fiscal relativa aos débitos da União, apresentando documento expedido pela central de atendimento virtual da receita federal que nada refere sobre a regularidade fiscal da licitante ou a existência de débitos, de maneira que esta não faz jus à concessão dos benefícios previstos na lei complementar nº 123/06.

Outrossim, em que se pese se entenda que tal vício seria sanável através da reapresentação da referida certidão por parte da recorrente, tal em nada alteraria a decisão de inabilitação desta, uma vez que tal se funda também no não cumprimento dos índices contábeis mínimos exigidos, conforme exposto anteriormente. Assim, em vista do exposto, opina-se pelo indeferimento do recurso apresentado pela licitante Factory Cervejaria Ltda, nos termos da fundamentação presente acima.





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**3 – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, e nos termos da fundamentação acima, conclui-se pela procedência dos recursos apresentados pelos licitantes Sicla Comércio de Parafusos e Ferramentas Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 93.905.537/0001-81, Gota Química Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.139.318/0001-05 e Ferdinando Adilio Ascoli ME, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.921.864/0001-23, para fins de considerar os mesmos habilitados nos autos da concorrência pública nº 004/2022.

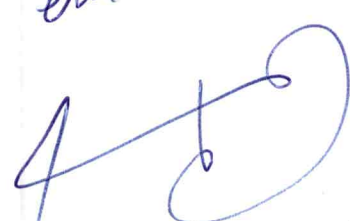
Ademais, opina-se pela improcedência dos recursos apresentados pelos licitantes TFH Indústria e Comércio de Colchões Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.714.393/0001-78, Top Cut Industrial Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.832.512/0001-78, R Design Indústria e Comércio de Móveis sob Medida Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.916.097/0001-38, Indústria Metalúrgica Cromo a Vácuo Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.520.475/0001-77 e Factory Cervejaria Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 16.917.943/0001-13, mantendo-se integralmente a decisão da comissão permanente de licitações em relação aos mesmos.

Campo Bom/RS, 25 de agosto de 2022.

  
Guilherme S. Schmidt

OAB/RS: 116.015

*a acordado.*  
*em 25/08/2022*

  
Luciano Liborio Baptista Orsi  
Prefeito Municipal